

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

PROVA ORAL

PONTO II

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL

QUESTÃO 5

Joaquim, em 1980, firmou promessa de compra e venda de imóvel comercial com a Construtora de Edifícios Ltda. Desde então passou a exercer a posse mansa e pacífica sobre o referido imóvel, sem qualquer oposição da promitente vendedora ou de terceiros. Joaquim quitou, tempestivamente, todos os compromissos financeiros decorrentes da promessa de compra e venda, mas jamais conseguiu a outorga do título translativo da propriedade, por óbices oriundos de penhora constituída sobre o imóvel em favor de agente financeiro, em ação de execução hipotecária promovida contra a promitente vendedora.

Com base nessa situação, responda, de forma fundamentada, aos seguintes questionamentos:

- a) Joaquim poderia propor ação de usucapião contra a Construtora de Edifícios Ltda., para alcançar a declaração judicial da prescrição aquisitiva que tenha por objeto o imóvel prometido à venda?
- b) A procedência do pedido de usucapião extingue, em relação ao autor usucapindo, a penhora sobre o imóvel instituída em benefício do agente financeiro?

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

PROVA ORAL

PONTO II

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 5

Adriano sagrou-se vencedor em ação de alimentos proposta contra Josué, seu pai biológico, que ingressou com recurso de apelação. A apelação foi recebida apenas no efeito devolutivo, no entanto, Josué não efetuou o pagamento da prestação no prazo legal, apesar de regularmente intimado pelo órgão jurisdicional.

Com base nessa situação, responda, de forma fundamentada, aos seguintes questionamentos:

- a) Deverá Adriano propor ação de execução ou requerimento de cumprimento de sentença?
- b) O caso apresentado comporta a execução provisória ou definitiva?
- c) Nesse caso, incide a multa de 10% prevista no art. 475-J do CPC?

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

PROVA ORAL

PONTO II

DISCIPLINA: PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO

QUESTÃO 5

Mediante inquérito civil, o promotor de justiça responsável pela defesa do patrimônio público concluiu que dois administradores do hospital público municipal, mantido exclusivamente por verbas da prefeitura, praticaram o ato de improbidade administrativa consubstanciado na contratação direta — por inexigibilidade de licitação — de determinada fornecedora de material hospitalar, que cobrava mais caro que as várias outras que poderiam prestar idênticos serviços na localidade. Comprovou documentalmente, ainda, que os dois administradores envolvidos compraram, cada um, um imóvel no valor aproximado de cem mil reais, logo após a formalização da inexigibilidade de licitação, sem tomar empréstimos e sem que tivessem renda disponível nas datas das aquisições. De acordo com o inquérito, o contrato com a fornecedora, firmado há três anos, ainda está em vigor, com prazo de duração de cinco anos, prorrogável. Dada a diferença de preços em relação aos cobrados por uma fornecedora concorrente, considerando-se as aquisições nos últimos três anos, chega-se a um prejuízo de 3 milhões de reais para a prefeitura.

Com base na situação hipotética apresentada, indique, na qualidade de promotor encarregado da defesa do patrimônio público três pedidos cabíveis no mérito; e três pedidos necessários para atender aos requisitos formais próprios da petição inicial de ação civil pública por improbidade administrativa.